

# Nos primórdios do PCB

Hamilton Garcia

Sociólogo, mestre em Ciência Política pela Unicamp

*A rigidez doutrinária do bolchevismo também não pode ser desprezada como explicação para o fracasso da empreitada: no limite, o marxismo-leninismo repunha o bloqueio cognitivo, presente na perspectiva anarquista, que impedia a esquerda de compreender as idiosincrasias do proletariado nacional.*

O PCB, todos sabem, surgiu a partir do impacto mundial da Revolução Bolchevique, no contexto nacional do ocaso do movimento anarco-sindicalista. Ele buscou seu espaço próprio no país opondo-se ao anarquismo e sua *falta de identificação com a luta de classes nacional*. De fato, os anarquistas mantinham-se fortes entre os emigrados europeus, mas não seduziam os trabalhadores nativos, que restavam apáticos ou organizados em sindicatos amarelos que pregavam a colaboração de classes. O movimento comunista brasileiro (MCB) nascia, portanto, determinado a disseminar a luta política entre os operários, libertando-os da nefasta influência anarquista, responsabilizada pelas seguidas derrotas do proletariado e pelo quadro desalentador das lutas de massas no país.

Surgiram, porém, dois problemas que impossibilitaram, ou dificultaram, o alcance desta meta. O primeiro deles foi de diagnóstico. A crise do anarquismo estava ligada não somente ao fracasso de sua política, mas também, como nos mostrou Manoel Palácios, à crescente nacionalização da classe operária: “se houve algo que se esgotou naqueles anos, foi a fórmula anarco-sindicalista de combinar um ideal revolucionário com a **representação** do interesse operário no terreno da luta sindical. A recusa das fórmulas revolucionárias abstratas e do discurso ético do anarquismo não colocava em evidência apenas a sua impotência teórica, mas a **impotência real da classe operária**”<sup>1</sup>.

Evidentemente, estava vedada aos comunistas brasileiros a percepção do problema, não só por motivos teóricos como, sobretudo, políticos: a admissão do caráter não-revolucionário do proletariado nacional inviabilizaria a própria implantação do comunismo no país, em função de sua

perspectiva intrinsecamente revolucionária. A rigidez doutrinária do bolchevismo também não pode ser desprezada como explicação para o fracasso da empreitada: no limite, o *marxismo-leninismo* repunha o bloqueio cognitivo, presente na perspectiva anarquista, que impedia a esquerda de compreender as idiosincrasias do proletariado nacional.

Mesmo assim, os primeiros comunistas foram capazes de implantar o partido ao fazerem uma pequena adaptação na teoria da luta de classes à realidade nacional. Octávio Brandão, mais do que Astrojildo Pereira, contribuiu para isso ao perceber, como nos mostra Michel Zaidán F<sup>o</sup>, que no Brasil o campesinato não existia como classe no sentido de sua organização política, unificado nacionalmente através dos SRs, como na Rússia, e ao vislumbrar o *tenentismo* como a possibilidade de se operar a *revolução permanente* que nos levaria da revolução burguesa à proletária. Brandão, a despeito de sua fragilidade teórica, chegaria – premonitoriamente face a 1930 – a dizer, em 1928, que se o proletariado não firmasse sua força na revolução pequeno-burguesa, seria *atropelado por um pacto entre os revoltosos e a grande burguesia* que, assim, poderia iludir as massas com as promessas vagas dos pequeno-burgueses, tal como em 1924. Pregando a autonomia do proletariado para a conquista futura do poder, Brandão propunha então uma “aliança ideológica e orgânica” com a pequena-burguesia “numa dupla frente única pelo cume e pela base”, rechaçando, ao mesmo tempo, como nos mostra Edgard Carone, tomar parte “em *complots*, porque é uma tática pequeno-burguesa e

1. [Palácios, Manoel/1991] p. 14; ggmm.

porque devemos ser um partido para influir sobre as massas".<sup>2</sup>

A 3ª Via de Brandão-Pereira colará minimamente o PCB à realidade nacional até 1930. A partir daí tornam-se claros os limites da flexibilidade face aos dogmas da doutrina internacional e, sobretudo, ao crescente pragmatismo de suas lideranças. A percepção da necessidade da aliança com o tenentismo, impossível na perspectiva anarquista, voltaria a ser bloqueada em função das conveniências políticas conjunturais da Internacional Comunista (IC). Amparada sobre o paradigma cientificista do *marxismo-leninismo* – termo, aliás, segundo João Quartim de Moraes, utilizado pioneiramente por Brandão em seu ensaio de 1924, "*Agrarismo e Industrialismo*", muito antes de sua vulgarização em Moscou, em 1928, por A.M. Deborin – o esforço de adaptação de Brandão, de resto condizente com interpretações existentes no seio do Movimento Comunista Internacional (MCI), serviria mais para reforçar o mito da *Grande Doutrina* do que para sustentar uma vertente alternativa nacional inspirada numa análise crítica, teórico-empírica, do país. O próprio Brandão provaria sua inapetência para o papel de teórico ao aderir *monasticamente* ao MCI, dizendo: "a IC saberá guiar-nos e auxiliar-nos a reparar nossas falhas". Brandão, o maior conhecedor das obras *clássicas* do marxismo nos anos 20, que via Lênin como "Mestre sem par", a julgar pelos vitupérios que dirigia aos opositores em sua obra<sup>3</sup>, não tinha estatura para inscrever o PCB na órbita dos PCs sérios.

A vulnerabilidade externa do PCB, no entanto, ligava-se mais a problemas genéticos do que à fraqueza de seus personagens, se bem que isso não deva ser ignorado. Na verdade, a estratégia de Pereira para consolidar o partido passava mais pela sustentação externa, por meio de uma forte ligação com a URSS – como se a energia revolucionária internacional pudesse contaminar o cenário nacional a despeito das características de seus atores –, do que por fatores internos em função da fraqueza do movimento operário brasileiro. Difícil-

**A vulnerabilidade externa do PCB, no entanto, ligava-se mais a problemas genéticos do que à fraqueza de seus personagens, se bem que isso não deva ser ignorado.**

mente, a depender deles, seria constituído o MCB.

A fixação de Pereira pela legitimação externa deve ser entendida à luz desta realidade, bem como a eleição de Abílio de Nequete para a Secretaria-Geral na fundação do partido. Nequete, maximalista gaúcho ligado ao PC uruguaio e à agência de propaganda da IC para a América Latina, elo de ligação do PCB com a IC, demonstra isso, assim como a própria data de fundação do partido, março de 1922, que visava o IV CONGRESSO da IC, previsto para novembro.<sup>4</sup>

Tal estratégia possibilitou ao partido sobreviver num ambiente hostil, mas, ao mesmo tempo, introduziu em seu interior um elemento que se mostraria altamente perturbador para seu desenvolvimento ulterior: a alienação diante da realidade nacional. Isso ficou claro já na crise desencadeada pela não obtenção do reconhecimento almejado. O reconhecimento no *status* de "membro simpatizante" provocaria, em 1923, o primeiro choque interno importante com a cultura da esquerda nacional. Antônio Bernardo Canellas, que havia representado o partido em Moscou em junho, seria pessoalmente responsabilizado pelo Comitê Central (CC) do PCB pelo resultado considerado adverso. Para os dirigentes do partido, endossando o posicionamento da IC, Canellas errara ao defender a manutenção da Maçonaria no partido no momento em que o MCI a combatia. Em sua Resolução de Junho, o Comitê Central Executivo (CCE) diria que o delegado brasileiro confundira a "teoria e tática comunistas", e consideraria sua concepção a respeito do tema "**absolutamente inadmissível** do ponto de

vista do comunismo", definido como "(...) uma doutrina científica, **fundamentalmente materialista antiidealista, antiespiritualista e necessariamente incompatível** com qualquer espécie de doutrina religiosa, moral ou política, baseado em **terreno estranho ao traçado pela dialética marxista**. Isto é coisa elementar, primária, está no abc do comunismo. Canellas confundiu deploravelmente *adoutrina* com *política* do comunismo em relação à moral e à religião. Um PC pode adotar (...) uma política de tolerância (...) perante as massas ainda impregnadas de espírito (...) religioso – precisamente porque estas massas não são comunistas no sentido **doutrinário**, restrito do termo".<sup>5</sup>

O comunismo religioso predominante, na melhor tradição positivista, *tolerava* a religiosidade das massas taticamente, enquanto expurgava os militantes *contaminados*, na esperança de converter todos a seu credo no futuro.

Olhando mais detidamente as opiniões de Canellas, percebemos que elas se diferenciavam da visão comunista hegemônica por sustentar uma mentalidade aberta e pluralista, que recusava a religiosidade doutrinária: "considerando que, no terreno moral, só o socialismo utópico e o socialismo sectário tomam posições definidas; considerando que o nosso gênero de socialismo é **neutro** no terreno moral; considerando que a Maçonaria (...), como as demais seitas religiosas, é **negócio privado**, de ordem moral; o nosso Partido (PCB), que conta, entre os seus aderentes, com alguns bons camaradas maçons, cuja ação pró-revolucionária no seio de sua seita é notável e notória, decerto não julgará de grande urgência a abertura de uma campanha contra a Maçonaria.<sup>6</sup> Sou, todavia, de opinião que (tanto os maçons, como os seguidores de ou-

2. Apud [Zaidán Fº., Michel/1985] pp. 48/69/122/126-128/130. Apud [Carone, Edgard/1989] p. 195.

3. Ver. [Moraes, João Quartim de/1991]. Apud. Konder, Leandro/1988.

4. Konder, Leandro/1981] p. 55.

5. Apud [Carone, Edgard/1981] p. 33; ggmm.

6. Eram maçons, por exemplo, os dois dirigentes (Cristiano Cordeiro, de PE, e Everardo Dias, do RJ) do partido que mantinham contato com o *tenentismo* entre 1922-24.

tras seitas que ocupem postos dirigentes *eclesiásticos*) não poderão ser eleitos para cargos de responsabilidade política no partido”.

Sua distinção não se restringia à resistência a uma campanha interna contra os maçons, mas se estendia à crítica do que ele denominava como a “nova escolástica bolchevique”:

“todos os problemas humanos, todos os fenômenos históricos, têm as suas denominações apropriadas (...) **catalogadas** segundo um **plano sistemático**. Quando um fato qualquer parece querer extravasar (...), lima-se um pouco a realidade, força-se (...) a razão, contanto que ele entre no termo sistemático (...)”.

Canellas, ademais, foi um dos poucos que, no Brasil, sustentou uma visão histórica do bolchevismo, não obstante sua fragilidade teórica: “o bolchevismo é uma **fórmula prática** de aplicação do socialismo, é uma teoria socialista surgida da prática. (...) O ponto de origem do bolchevismo, é certo, foi o marxismo, mas o bolchevique só foi um partido rigorosamente marxista até a **véspera** de seu triunfo. Depois desse dia, ele tem se **modificado de tal forma** pela influência de outras escolas socialistas, especialmente a anarquista, que o partido bolchevista, hoje, não tem com o de 1905 outras relações além daquelas que lhe advêm da tradição. A prática introduziu nas teorias bolcheviques uma **infinidade de métodos** que elas não preconizavam nem previam antes da Revolução”<sup>7</sup>.

Delimitar o bolchevismo como “um conjunto de lições práticas” das quais “o proletariado de cada país deverá aproveitar as que se aplicarem aos seus **casos especiais**” era uma atitude corajosa diante de um movimento prisioneiro de um carisma externo. Tal conclusão seria adotada como norma pelo partido, de modo inequívoco, apenas quase oito décadas depois. Algumas das medidas tomadas no congresso de 1923 da IC, do qual Canellas participara, evidenciam o embotamento crítico do MCI: reforçamento da influência do PC bolchevique em sua estru-

**Canellas, ademais, foi um dos poucos que, no Brasil, sustentou uma visão histórica do bolchevismo, não obstante sua fragilidade teórica**

tura, proibição de delegação aos congressos com mandato fixo, direito de intervenção da Comissão Executiva da IC nas seções nacionais e postergação dos congressos nacionais para depois do congresso da IC. Protestando contra elas, Canellas bradaria: “não basta dizer aos trabalhadores: uni-vos; é preciso gritar-lhes também: emancipai-vos”<sup>8</sup>.

Este não era um fenômeno brasileiro. O comunismo, nos anos seguintes, se tornaria cada vez mais um movimento idealista dogmático, em detrimento de sua característica genética materialista e crítica. Pereira, se não era o homem talhado para levar esta evolução a um termo decisivo, tampouco constituía um fabuloso empecilho para sua realização, como se deduz da interpretação de vários autores comunistas. A cúpula partidária que ele representava, encerrada num meio-termo entre a política e a religião, optou por esta última na tentativa de desenvolver uma *verdadeira política revolucionária*, o que na prática significava, em se tratando de um país sem tradição revolucionária, que a identidade partidária estava subsumida aos ditames do mais puro idealismo, ficando em segundo plano a política e, portanto, a própria idéia de transformação.

O *expurgo* de 1930, que varreu os fundadores do PCB do comando na esteira da *proletarização* promovida por Moscou, sem que se observasse qualquer *racha* significativo, patenteou, junto com a ausência do partido nos acontecimentos de outubro, a fragilidade da *nacionalização* intentada por Pereira e seu grupo. Este, diante da campanha de substituição dos *pequeno-burgueses* do CC por *proletários genuínos* – diz

Leôncio Basbaum, também vítima do processo – foi conivente com as práticas que levaram à decapitação do grupo<sup>9</sup>. Brandão reforça esta versão afirmando que, diante da ofensiva da IC contra a linha do III Congresso do PCB (1929), Pereira *capitulou sem luta*<sup>10</sup>. Mesmo através dos relatos de Konder e Moraes, simpáticos aos fundadores, revelam-se aspectos dessa conivência. Estes autores mencionam que, como “admirador incondicional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS)”, em 1924, Pereira negava categoricamente as lutas dilacerantes que se desenrolavam em Moscou; em 1929, avalizou a ofensiva stalinista na URSS, submetendo-se a todas as imposições do CC contra ele próprio até o início de 1931; neste momento, não suportando mais as humilhações, desligou-se do partido. Neste *momento de fraqueza*, o lituano August Guralski, do Secretariado Sul-Americano (SSA) da IC, acusou-o de não possuir o *espírito bolchevista de autocrítica*. No entanto, seu desligamento não teve qualquer conteúdo rebelde; mesmo afastado ele defendia que “só o PC (...) pode guiar as massas na luta, nas grandes e pequenas batalhas”. Mesmo assim, os ataques não cessaram. Em seu informe ao VII Congresso da IC (1935) os dirigentes brasileiros, orgulhosamente, falavam de sua “**enérgica luta contra a pobre linha menchevista** de seu antigo secretário-geral, o **renegado** Astrojildo Pereira”. Foram treze anos de difamação e marginalização, interrompidos quando Pereira, já de volta ao partido, em 1945, participou da glorificação a Stálin, afirmando que “o *Manifesto Comunista*, que Stálin chamou de ‘cântico dos cânticos dos trabalhadores’, é uma fonte inesgotável de ensinamentos (...)”. Em 1948, ele ajudaria a revitalizar o mito de Prestes, descrevendo-o

7. Apud Carone/81, pp. 23/30; ggmm. Apud Konder/88, p. 137; ggmm.

8. Apud Carone/81, p. 23; gm. Apud Zaidán/85, p. 60.

9. Mais uma vez, fenômeno de incidência planetária pois grande parte dos *decapitados* do stalinismo foram coniventes com seus algozes ou colaboraram abertamente com eles antes de serem vitimados.

10. Apud [Lima, Heitor Ferreira/1981] pp.42/44.

como “economista, pensador político, sociólogo, teórico do marxismo”, “o homem que **melhor e mais profundamente** conhece os problemas brasileiros, em seus múltiplos aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais”. No IV Congresso do PCB, realizado 25 anos após o III e três meses após o terremoto causado pelo suicídio de Vargas em agosto de 54, Pereira ajudou a cultivar o tom triunfalista da direção *prestista* em dificuldades, ignorando por completo a trajetória frustrante do MCB nos últimos 19 anos e abrindo o conclave com um pronunciamento eivado de *autocríticas* onde salientava a unidade existente em torno de Prestes. Apenas em 60, três anos após o Relatório Kruschov, ele reconheceu as mazelas que o culto havia causado ao MCI; mesmo assim, continuou como um humilde servidor do PCB até à morte<sup>11</sup>.

Sem consciência da importância estratégica da *nacionalização*, para além da mera legitimação partidária – ou seja, como “condição de criação da hegemonia”, como nos diz Luciano Gruppi sintetizando Antônio Gramsci<sup>12</sup> – a *démarche* de Pereira apenas abriu espaço para o pior tipo de *nacionalização* que o PCB poderia ter experimentado entre aqueles possíveis nos anos 30 e que seu grupo tanto temia: a inserção comunista na grande política sob a égide do *prestismo*, em sua versão *internacionalista*.

O esforço de resgatar o “melhor legado teórico-político do velho Astrojildo Pereira”, que representaria a possibilidade de “consolidação do pensamento crítico marxista na vanguarda operária” – como fizeram, respectivamente, Zaidán e Marcos Del Roio, procurando recuperar uma suposta trajetória anti-stalinista do personagem, fincada num *marxismo com raízes nacionais* –, faz *tábula rasa* de toda essa problemática e só se justifica como tentativa de legitimação histórica da liderança partidária pós-*prestista* dos anos 80. Sem querer negar a Pereira o atributo de “herdeiro das tradições nacional-populares republicanas” e o mérito de ter dado ao MCB um ca-

---

*Sem querer negar a Pereira o atributo de “herdeiro das tradições nacional-populares republicanas” e o mérito de ter dado ao MCB um cariz minimamente nacional, sem o qual seria um mimetismo facilmente extirpável, deve-se considerar que seu legado esteve a serviço da construção do marxismo-leninismo*

---

riz minimamente nacional, *sem o qual seria um mimetismo facilmente extirpável, deve-se considerar que seu legado esteve a serviço da construção do marxismo-leninismo*, que, como sabemos, pouco tinha de marxista, nada tinha de crítico e muito menos de vanguarda. Também a afirmação de Konder de que sua derrubada “significava o fim de uma era: já não se tratava mais de procurar, embora canhestamente, interpretar a realidade brasileira à luz de um marxismo capaz de se **renovar em contato com uma realidade singular** (...); tratava-se de receber de fora um *marxismo-leninismo* codificado e aplicá-lo (...) de acordo com as instruções estritas (...)” carecia de factualidade, pois as *instruções estritas* foram todas obedecidas dentro do espírito do próprio movimento. A filiação à IC implicava, *de per si*, numa subordinação **de fato e de direito** ao *centro único da revolução mundial*. O próprio partido, de certa maneira, admitiria isso, em 1972, na *Voz Operária* (VO), ao dar início à elaboração de uma história oficial *renovadora* que reconhecia que as 21 *condições* haviam sido “impostas pela IC” e que o primeiro estatuto adotado pelo PCB era “simples adaptação dos estatutos do Partido Comunista Argentino (PCA)”. Nos anos 80, porém, Zaidán e outros historiadores *renovadores* consideram equivocada a idéia da “subordinação político-

organizativa” do PCB às “teses e resoluções oriundas” da IC nos anos 20<sup>13</sup>.

As conveniências políticas dos *renovadores* da primeira metade dos anos 80 atravessaram olímpicamente a década com Carone, a despeito de sua derrota e exclusão no jogo interno de poder. O problema central deste ponto de vista e de sua persistência está na reafirmação de um padrão de abordagem teórica que reduz à política fenômenos essencialmente históricos. Em outras palavras, a perpetuação de uma *epistême* stalinista que, mesmo perdendo sua razão de ser política, não consegue transmutar-se em heurística para o entendimento do MCB.

Ao contrário do que afirmou Milton Lahuerta, “(...) o fundador do PCB” não nos legou “uma herança extremamente fértil”, mas um exemplo de conformismo político diante das *direções superiores* e do MCI, ocorrência comum na cultura bolchevique pós-leninista, que teve perversas conseqüências tanto para o itinerário político do partido como para o seu próprio. Seria o caso de muitos desses historiadores – e também de Luiz Werneck Vianna, um dos ideólogos do *comunismo democrático* dos anos 80 e defensor da tese de um PC “teoricamente ignorante, mas **profundamente** nacional e operário” – se perguntarem: por que tal partido e seus personagens não foram capazes de resistir minimamente ao assédio externo do stalinismo e por que sempre foi tão difícil para militantes como Vianna conviverem com as *direções* e as bases desse partido ao tempo em que propunham sua verdadeira *nacionalização*? Uma resposta que leve em conta a longa vivência do partido será dura com todos nós que acreditamos um dia na possibilidade de renovação do *pecebismo*.<sup>14</sup>

11. Apud Konder/81, pp. 59/61/65/67/68; gggmm. Apud Moraes/91, pp. 80/195. In Vinhas/82, p. 133.

12. Gruppi/78, p. 143.

13. Zaidán/85, pp. 53-55/99/114. Apud Palácios/91, pp. 29/126. [Paulo Netto, José/1982] p. 23.

Konder/88, pp. 145/148/163/165; gm. [Voz Operária/1972] n° 86 (7).

14. [Vianna, Luiz Werneck/1981] p. 263; gm. n° 50 [9].